

Roberto Moreira de Almeida

Curso de
Direito Eleitoral

13^a

edição

revista, atualizada
e ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	5	2. SINOPSE.....	63
NOTA DO AUTOR À 13.ª EDIÇÃO	9	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	64
APRESENTAÇÃO	13	3.1. Informativos	64
PREFÁCIO.....	15	3.2. Jurisprudência selecionada.....	65
NOTA DE UM ILUSTRE LEITOR	17	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	67
CAPÍTULO I		4.1. Questões extras.....	69
INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL	45	5. GABARITO	70
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	45	CAPÍTULO II	
1.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	45	NACIONALIDADE	75
1.2. Objeto	45	1. NACIONALIDADE	75
1.3. Taxonomia e autonomia	46	1.1. Conceito.....	75
1.4. Fontes	47	1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania	75
1.4.1. Fontes diretas.....	47	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade	75
1.4.2. Fontes indiretas.....	49	1.3.1. Povo.....	75
1.5. Codificações eleitorais	54	1.3.2. População.....	76
1.6. Competência legislativa	55	1.3.3. Nação.....	76
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	56	1.3.4. Estado	76
1.7.1. Conceito de princípio	56	1.4. Espécies de nacionalidade	76
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie.....	56	1.4.1. Nacionalidade originária	76
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral	56	1.4.2. Nacionalidade derivada.....	76
1.7.2.2. Princípio da celeridade	59	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária	76
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais	60	1.5.1. Critério do jus soli (local do nascimento).....	76
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades	60	1.5.2. Critério do jus sanguinis (fator sanguíneo).....	76
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	61	1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	76
		1.7. Nacionalidade derivada	77

1.7.1. Noção	77	1.3.1.1. Conceito	97
1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	77	1.3.1.2. Sufrágio	97
1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil	78	1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva)	101
1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados	79	1.3.2.1. Conceito	101
1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º)	79	1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	101
1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes	79	1.3.3. Inelegibilidade	106
1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens.....	80	1.3.3.1. Conceito	106
1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição	80	1.3.3.2. Casos de inelegibilidade	106
1.9. Perda da nacionalidade.....	81	1.3.3.3. Desincompatibilização.....	140
1.9.1. Perda da nacionalidade por exercício de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º, I)	81	1.3.3.3.1. Conceito	140
1.9.2. Perda por aquisição voluntária de outra nacionalidade	81	1.3.3.3.2. Finalidade.....	140
1.10. Vocabulário	81	1.3.3.3.3. Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização..	140
2. SINOPSE.....	81	1.3.3.3.4. Desincompatibilização definitiva e temporária	141
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	83	1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização	141
3.1. Informativos	83	1.3.4. Reelegibilidade.....	141
3.2. Jurisprudência selecionada.....	84	1.3.4.1. Conceito	141
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	86	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais.....	142
4.1. Questões extras.....	88	1.3.5. Privação dos direitos políticos	143
5. GABARITO	89	1.3.5.1. Introdução.....	143
CAPÍTULO III		1.3.5.2. Hipóteses legais	143
DIREITOS POLÍTICOS	93	1.3.6. Direitos políticos dos militares	148
1. DIREITOS POLÍTICOS.....	93	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados	149
1.1. Conceito.....	93	1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	149
1.2. Democracia.....	94	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	149
1.3. Modalidades.....	97	1.4. Político Ficha Limpa.....	151
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	97	1.4.1. Origem.....	151
		1.4.2. Legislação	151
		1.4.3. Aplicabilidade imediata	151
		1.4.4. Efeito suspensivo	157
		1.4.5. Aditamento recursal	157
		1.4.6. Elegibilidade mantida	157
		1.4.7. Quadro resumido.....	159

2. SINOPSE	161	1.9.9. Duração razoável do processo	231
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	164	1.9.10. Vigência	231
3.1. Súmulas STF.....	164	1.10. Infidelidade partidária por fixação legal	231
3.2. Súmulas TSE	164	2. SINOPSE.....	233
3.2. Informativos	166	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	234
3.3. Jurisprudência selecionada.....	178	3.1. Súmulas do TSE	234
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	181	3.2. Informativos	234
4.1. Questões extras.....	193	3.3. Jurisprudência selecionada.....	245
5. GABARITO	195	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	246
CAPÍTULO IV		4.1. Questões extras.....	253
PARTIDOS POLÍTICOS	205	5. GABARITO	255
1. PARTIDOS POLÍTICOS	205	CAPÍTULO V	
1.1. Conceito.....	205	JUSTIÇA ELEITORAL	261
1.2. Natureza jurídica	208	1. JUSTIÇA ELEITORAL	261
1.3. Finalidade	210	1.1. Origem	261
1.4. Sistemas partidários.....	210	1.2. Garantias e vedações da magistratura em geral e da magistratura eleitoral.....	261
1.5. Regramento constitucional.....	211	1.2.1. Garantias	261
1.6. Autonomia partidária	214	1.2.1.1. Vitaliciedade	261
1.7. Recursos do fundo partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV.....	215	1.2.1.2. Inamovibilidade	262
1.7.1. Fundo partidário	215	1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio ..	262
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão	219	1.2.2. Vedações	262
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros	220	1.2.2.1. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério	262
1.9. Infidelidade partidária por fixação jurisprudencial.....	224	1.2.2.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, bem como auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	263
1.9.1. Noções gerais	224	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do	
1.9.2. Constitucionalidade da Resolução TSE nº 22.610/07.....	226		
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo para a propositura da ação.....	227		
1.9.4. Tutela antecipada.....	227		
1.9.5. Hipóteses de justa causa	227		
1.9.6. Competência	228		
1.9.7. Atuação do Ministério Público Eleitoral	229		
1.9.8. Procedimento	229		

afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração	263
1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....	265
1.3.1. Introdução	265
1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral	265
1.3.2.1. Posição topográfica.....	265
1.3.2.2. Composição	265
1.3.2.3. Competência.....	267
1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	271
1.3.3.1. Conceito	271
1.3.3.2. Organização	271
1.3.3.3. Competência.....	273
1.3.4. Juízes eleitorais	274
1.3.4.1. Posição topográfica.....	274
1.3.4.2. Competência.....	275
1.3.5. Juntas Eleitorais.....	276
1.3.5.1. Posição topográfica.....	276
1.3.5.2. Competência.....	277
2. SINOPSE.....	277
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	279
3.1. Súmulas STF	279
3.2. Súmulas TSE	279
3.3. Informativos	279
3.2. Jurisprudência selecionada.....	281
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	283
4.1. Questões extras.....	288
5. GABARITO	290
CAPÍTULO VI	
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	295
1. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	295
1.1. Conceito.....	295
1.2. Princípios institucionais	295
1.2.1. Unidade	295
1.2.2. Indivisibilidade	295
1.2.3. Independência funcional.....	296
1.3. Autonomia.....	297
1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....	297
1.3.2. Autonomia financeira	297
1.4. Organização	297
1.4.1. Ministério Público da União (MPU)	297
1.4.1.1. Chefia institucional	297
1.4.1.2. Ramos integrantes	298
1.4.2. Ministério Público dos Estados.....	299
1.4.2.1. Chefia institucional	299
1.4.2.2. Órgãos integrantes.....	299
1.5. Garantias	300
1.5.1. Vitaliciedade.....	300
1.5.2. Inamovibilidade	300
1.5.3. Irredutibilidade de subsídios	300
1.6. Vedações	300
1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais.....	301
1.6.2. O exercício da advocacia.....	301
1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei	301
1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	301
1.6.5. Exercer atividade político- partidária	302
1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.....	302
1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	302
1.7.1. Origem.....	302
1.7.2. Composição.....	302
1.7.3. Atribuições	303
1.7.4. Reclamações e representações	303
2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	303

2.1. Conceito e princípios institucionais.....	303	1.5.3. Vedação	335
2.2. Organização	305	1.6. Domicílio eleitoral	335
2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral	305	1.7. Procedimento para o alistamento.....	336
2.2.1.1. Atuação	305	1.7.1. Introdução	336
2.2.1.2. Atribuições	305	1.7.1.1. Qualificação	337
2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral	306	1.7.1.2. Inscrição	337
2.2.2.1. Atuação	306	1.7.1.3. Deferimento.....	338
2.2.2.2. Atribuições	307	1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento.....	339
2.2.3. Ministério Público perante os Juizes e Juntas Eleitorais	307	1.7.3. Encerramento do alistamento.....	339
2.2.3.1. Atuação	307	1.8. Consequências do não alistamento	340
2.2.3.2. Atribuições	309	1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	340
2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina.....	311	1.9.1. Transferência	340
2.3.1. Em ano sem eleição.....	311	1.9.2. Revisão	342
2.3.2. Em ano eleitoral	312	1.9.3. Segunda via	343
2.4. Designação de promotores eleitorais ...	314	1.9.4. Cancelamento e exclusão	344
3. SINOPSE.....	316	1.10. Fiscalização do alistamento	350
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	318	1.11. Título eleitoral	350
4.1. Informativos	318	2. SINOPSE.....	351
4.2. Jurisprudência selecionada.....	322	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	353
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	323	3.1. Informativos	353
5.1. Questões extras.....	325	3.2. Jurisprudência Selecionada	354
6. GABARITO	328	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	356
CAPÍTULO VII		4.1. Questões extras.....	360
ALISTAMENTO ELEITORAL	333	5. GABARITO	362
1. ALISTAMENTO ELEITORAL	333	CAPÍTULO VIII	
1.1. Conceito e previsão legal	333	CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO DE CANDIDATURAS	365
1.2. Obrigatoriedade	333	1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS.....	365
1.3. Facultatividade	334	1.1. Noção.....	365
1.4. Vedação	334	1.2. Espécies	365
1.5. Direito de voto.....	335	1.2.1. Convenção municipal	365
1.5.1. Obrigatoriedade	335	1.2.2. Convenção regional	365
1.5.2. Facultatividade	335	1.2.3. Convenção nacional	366

1.3. Prazo	366	4.3. Jurisprudência selecionada.....	394
1.4. Local das convenções.....	366	5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	397
1.5. Escolha de candidatos.....	366	5.1. Questões extras.....	404
1.6. Propaganda intrapartidária	367	6. GABARITO	405
1.7. Coligações.....	367		
1.7.1. Conceito	367	CAPÍTULO IX	
1.7.2. Natureza jurídica	367	PROPAGANDA POLÍTICA	411
1.7.3. Denominação.....	368	1. PROPAGANDA POLÍTICA	411
1.7.4. Verticalização	368	1.1. Conceito de propaganda.....	411
1.7.5. Regramento legal	369	1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária	412
1.7.6. Quem representa a coligação.....	371	1.3. Princípios	413
2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	371	1.3.1. Princípio da legalidade.....	413
2.1. Introdução	371	1.3.2. Princípio da liberdade	413
2.2. Competência	371	1.3.3. Princípio da responsabilidade	414
2.3. Requisitos legais	372	1.3.4. Princípio da igualdade	415
2.4. Prazo	373	1.3.5. Princípio da disponibilidade	415
2.5. Quantidade de candidatos	374	1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda	415
2.5.1. Nas eleições majoritárias.....	374	1.4. Propaganda partidária	416
2.5.2. Nas eleições proporcionais.....	374	1.4.1. Previsão legal	416
2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais	375	1.4.2. Propaganda intrapartidária	416
2.7. Identificação numérica dos candidatos	376	1.5. Propaganda eleitoral.....	416
2.7.1. Nas eleições majoritárias.....	376	1.5.1. Introdução.....	416
2.7.2. Nas eleições proporcionais.....	377	1.5.2. Previsão legal	417
2.8. Variação nominal dos candidatos.....	377	1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea	417
2.9. Substituição de candidatos.....	378	1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º).....	418
2.10. Cancelamento de registro.....	380	1.5.5. Meios fiscalizatórios.....	419
2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa	380	1.5.6. Meios de veiculação de propaganda	419
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas.....	383	1.5.6.1. Introdução.....	419
3. SINOPSE.....	386	1.5.6.2. “Outdoors”	419
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	388	1.5.6.3. Imprensa escrita	420
4.1. Súmulas do TSE	388	1.5.6.4. Rádio e televisão.....	421
4.2. Informativos	390	1.5.6.5. Debates	425

1.5.6.6. Pesquisas e testes pré-eleitorais	427
1.5.6.7. Internet	430
1.5.6.8. Outros meios de propaganda	432
1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta	444
1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita	444
1.6.2. Direito de resposta.....	445
1.6.2.1. Introdução.....	445
1.6.2.2. Competência.....	445
1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva	446
1.6.2.4. Prazo para o exercício	446
1.6.2.5. Procedimento	447
2. SINOPSE.....	451
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	452
3.1. Súmulas do TSE	452
3.2. Informativos	452
3.3. Jurisprudência selecionada.....	458
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	462
4.1. Questões extras.....	470
5. GABARITO	471
SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO... ..	477
CAPÍTULO X	
SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO E MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO	477
1. SISTEMAS ELEITORAIS.....	477
1.1. Noções prévias e conceito	477
1.2. Sistema majoritário.....	477
1.2.1. Conceito	477
1.3. Sistema proporcional	479
1.3.1. Conceito	479
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	480
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	481
1.3.4. Distribuição das sobras.....	482
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO	484
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União)	484
2.1.1. Câmara dos Deputados	484
2.1.2. Senado Federal	486
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros).....	487
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal).....	488
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios).....	488
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO	490
3.1. Introdução	490
3.2. Circunscrições eleitorais.....	490
3.2.1. O país (território nacional)	490
3.2.2. O território do Distrito Federal.....	490
3.2.3. O território dos Estados-membros	491
3.2.4. O território do Município	491
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	491
3.4. Seções eleitorais.....	491
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	493
4.1. Introdução	493
4.2. Mesas Receptoras	493
5. SINOPSE.....	495
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	497
6.1. Súmulas do TSE	497
6.2. Informativos	497
6.3. Jurisprudência selecionada.....	498
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	504
7.1. Questões extras.....	508
8. GABARITO	511

VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO	515
CAPÍTULO XI	
VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS	515
1. VOTAÇÃO.....	515
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	515
1.2. Sistema eletrônico de votação-	516
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103)	518
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62)	518
1.5. Procedimento da votação.....	518
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142)	518
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143)	518
1.5.3. Prioridade na votação.....	520
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144).....	521
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	522
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....	525
2.1. Introdução	525
2.2. Competência (CE, art. 158)	529
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	536
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos).....	537
3. DIPLOMAÇÃO.....	537
3.1. Conceito.....	537
3.2. Natureza jurídica	538
3.3. Prazo	539
3.4. Competência para diplomar	539
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	539
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	539
3.4.3. Junta Eleitoral	539
3.5. Fiscalização da diplomação.....	540
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação	540
3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53)	540
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função	541
3.6.1.2. Prisão.....	541
3.6.1.3. Sustação de processo penal	541
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho	541
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	541
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	541
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público	541
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	542
3.7. Perda do diploma	542
4. SINOPSE.....	542
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	544
5.1. Informativos	544
5.2. Jurisprudência Seleccionada	546
6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	552
6.1. Questões extras.....	556
7. GABARITO	558
CAPÍTULO XII	
ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS	
1. ABUSO DE PODER	563
1.1. Introdução	563
1.2. Espécies de abuso de poder	564
1.2.1. Abuso de poder econômico	564
1.2.1.1. Conceito	564

1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	565	3.3.2. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	580
1.2.1.3. Sanções	565	3.3.3. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	581
1.2.2. Abuso de poder político	566	3.3.4. Nos três meses que antecedem o pleito eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 73, incs. V e VI e arts. 75 e 76).....	582
1.2.2.1. Conceito	566	3.4. Sanções legais.....	588
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	566	3.5. Procedimento legal	590
1.2.2.3. Sanções	567	4. SINOPSE.....	590
1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	567	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	591
1.2.3.1. Conceito	567	5.1. Súmulas do TSE	591
1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	568	5.2. Informativos	591
1.2.3.3. Sanções	570	5.3. Jurisprudência Seleccionada	600
2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	571	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	602
2.1. Conceito.....	571	6.1. Questões extras.....	606
2.2. Origem.....	572	7. GABARITO	608
2.3. Previsão legal.....	572	CAPÍTULO XIII	
2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	573	POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL, CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	613
2.4.1. A prática de uma conduta punível.....	573	1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL.....	613
2.4.2. A legitimidade da conduta	573	1.1. Introdução	613
2.4.3. A finalidade	574	1.2. Polícias judiciárias.....	613
2.4.4. O lapso temporal	574	1.2.1. Polícia judiciária da União.....	613
2.5. Sanções.....	575	1.2.2. Polícia judiciária estadual	613
2.5.1. Multa	575	1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais	614
2.5.2. Cassação do registro ou do diploma.....	575	1.4. Apuração dos crimes eleitorais.....	614
2.5.3. Inelegibilidade.....	575	1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral.....	614
2.6. Procedimento legal	576	1.4.2. Notícia-crime eleitoral	614
3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	576	1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral.....	616
3.1. Introito.....	576	1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança .	617
3.2. Previsão legal.....	577		
3.3. Rol de condutas vedadas	577		
3.3.1. Condutas vedadas.....	577		

2. CRIMES ELEITORAIS.....	618	3.6. Procedimento processual penal eleitoral.....	636
2.1. Conceito.....	618	3.6.1. Introito.....	636
2.2. Natureza jurídica	618	3.6.2. Competência	637
2.3. Classificação das infrações penais eleitorais	618	3.6.2.1. Regra geral	637
2.3.1. Crimes eleitorais contidos no Código Eleitoral (arts. 289 a 354)	620	3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função.....	637
2.3.2. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição)	627	3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade.....	640
2.3.3. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)	629	3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida	640
2.3.4. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)	630	3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	641
3. PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	632	3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância	641
3.1. Conceito.....	632	3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral.....	641
3.2. Condições da ação penal eleitoral.....	633	3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008.	643
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)	633	3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	643
3.2.2. Interesse de agir.....	633	3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário.....	647
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido....	634	3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	647
3.3. Classificação das ações penais em geral	634	3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral).....	648
3.4. Classificação das ações penais eleitorais	634	4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE)	650
3.5. Ação penal pública eleitoral.....	634	4.1. Previsão legal.....	650
3.5.1. Conceito	634	4.2. Natureza jurídica	650
3.5.2. Princípios	635	4.3. Cabimento	650
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade)	635	4.4. Efeitos	651
3.5.2.2. Indisponibilidade (inesistibilidade).....	635	4.5. Prazo	651
3.5.2.3. Indivisibilidade	635	4.6. Forma de interposição e resultado.....	651
3.5.2.4. Oficialidade	635	5. SINOPSE.....	651
3.5.3. A denúncia	636	6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	654
3.5.3.1. Conceito	636		
3.5.3.2. Requisitos.....	636		
3.5.3.3. Prazos	636		

6.1. Súmulas do TSE	654	3.5. Cabimento e competência.....	691
6.2. Informativos	654	3.6. Legitimidades ativa e passiva	692
6.3. Jurisprudência selecionada.....	662	3.6.1. Legitimidade ativa.....	692
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ..	666	3.6.2. Legitimidade passiva.....	692
7.1. Questões extras.....	674	3.7. Habeas Data em matéria eleitoral.....	692
8. GABARITO	675	4. MANDADO DE INJUNÇÃO	
		INDIVIDUAL E COLETIVO.....	693
CAPÍTULO XIV		4.1. Conceito.....	693
AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES		4.2. Objeto e previsão legal	693
ESPECIAIS ELEITORAIS.....	681	4.3. Requisitos e competência	693
1. MANDADO DE SEGURANÇA	681	4.3.1. Requisitos	693
1.1. Conceito.....	681	4.3.2. Competência	694
1.2. Espécies	681	4.4. Legitimidades ativa e passiva	694
1.3. Natureza jurídica	681	4.4.1. Legitimidade ativa.....	694
1.4. Previsão	681	4.4.2. Legitimidade passiva.....	696
1.5. Origem.....	682	4.5. Efeitos	696
1.6. Objeto.....	682	4.6. Mandado de injunção em matéria	
1.7. Requisitos específicos	682	eleitoral.....	697
1.8. Partes legitimadas.....	683	5. HABEAS CORPUS.....	700
1.9. Procedimento.....	684	5.1. Conceito.....	700
1.10. O mandado de segurança em		5.2. Espécies	700
matéria eleitoral	686	5.3. Legitimidades ativa e passiva	700
2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..	687	5.3.1. Legitimidade ativa.....	700
2.1. Conceito.....	687	5.3.2. Legitimidade passiva.....	700
2.2. Previsão legal e origem	687	5.4. Cabimento	700
2.3. Objeto	687	5.5. Prazo	701
2.4. Legitimados ativos	687	5.6. O habeas corpus no Direito Eleitoral.....	701
2.5. Pressupostos	688	6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO	
2.6. Coisa julgada.....	688	DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	702
2.7. Mandado de segurança coletivo		6.1. Previsão legal.....	702
em matéria eleitoral.....	688	6.2. Finalidade	702
3. HABEAS DATA	690	6.3. Legitimidade.....	703
3.1. Conceito.....	690	6.3.1. Ativa.....	703
3.2. Origem e previsão	690	6.3.2. Passiva	704
3.3. Natureza jurídica	690	6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	705
3.4. Finalidade	691	6.5. Competência	705

6.6. Procedimento.....	706	9.7. Prazo de interposição.....	724
7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	712	9.8. Competência	724
7.1. Conceito.....	712	9.9. Peculiaridades	724
7.2. Previsão legal.....	712	10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO (RCD).....	724
7.3. Prazo	713	10.1. Noção prévia	724
7.4. Legitimidades ativa e passiva	713	10.2. Natureza jurídica	725
7.4.1. Legitimidade ativa.....	713	10.3. Previsão legal.....	725
7.4.2. Legitimidade passiva.....	714	10.4. Competência para julgar o recurso	725
7.5. Competência	714	10.5. Prazo de interposição.....	726
7.6. Causa de pedir.....	714	10.6. Cabimento.....	726
7.7. Rito processual	715	10.7. Legitimidades ativa e passiva	727
7.8. Peculiaridades	717	10.7.1. Legitimidade ativa.....	727
8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	718	10.7.2. Legitimidade passiva	727
8.1. Conceito.....	718	10.8. Procedimento.....	728
8.2. Previsão legal.....	718	10.9. Peculiaridades	729
8.3. Natureza jurídica	718	11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97).....	729
8.4. Origem.....	718	11.1. Previsão legal.....	729
8.5. Fundamento.....	718	11.2. Competência	729
8.6. Finalidade	718	11.3. Legitimidade.....	730
8.7. Prazo de interposição.....	719	11.4. Procedimento.....	730
8.8. Competência	719	11.5. Peculiaridades	731
8.9. Legitimidades ativa e passiva	719	12. SINOPSE.....	732
8.9.1. Legitimidade ativa.....	719	13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ..	736
8.9.2. Legitimidade passiva.....	720	13.1. Súmulas do STF	736
8.10. Rito processual	721	13.2. Súmulas do TSE	738
8.11. Peculiaridades	721	13.3. Informativos	738
9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE).....	722	13.4. Jurisprudência Seleccionada	747
9.1. Conceito.....	722	14. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS .	754
9.2. Previsão legal.....	722	14.1. Questões extras.....	760
9.3. Natureza jurídica	722	15. GABARITO	761
9.4. Legitimidade ativa	723	CAPÍTULO XV	
9.5. Cabimento	723	RECURSOS ELEITORAIS	765
9.6. Competência	723		

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	765		
1.1. Conceito de recursos.....	765	1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	773
1.2. Finalidade	768	1.7.2. Princípio da taxatividade	773
1.3. Fundamento	768	1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade).....	774
1.4. Características	769	1.7.4. Princípio da fungibilidade	774
1.5. Classificação	769	1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”	774
1.5.1. Quanto ao objeto tutelado.....	769	1.7.6. Princípio da voluntariedade	775
1.5.1.1. Recursos ordinários ou normais.....	769	1.7.7. Princípio da lesividade	776
1.5.1.2. Recursos extraordinários ou especiais.....	770	1.7.8. Princípio da personalidade	776
1.5.2. Quanto ao fim pretendido.....	770	1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação).....	776
1.5.2.1. Reforma.....	770	1.9. Pressupostos gerais recursais	776
1.5.2.2. Invalidação	770	1.9.1. Pressupostos subjetivos	776
1.5.2.3. Esclarecimento ou integração.....	770	1.9.2. Pressupostos objetivos	777
1.5.3. Quanto à extensão da matéria	770	1.10. Renúncia e desistência do recurso	779
1.5.3.1. Recurso parcial.....	770	1.10.1. Desistência	779
1.5.3.2. Recurso total	770	1.10.2. Renúncia.....	781
1.5.4. Quanto à fundamentação	771	2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS	781
1.5.4.1. Recurso de fundamentação livre ou ilimitada	771	2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais	781
1.5.4.2. Recurso de fundamentação vinculada ou limitada.....	771	2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC)	782
1.5.5. Quanto à fonte	771	2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE)	783
1.5.5.1. Recursos constitucionais	771	2.1.3. Recurso inominado eleitoral	784
1.5.5.2. Recursos legais	771	2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais.....	785
1.5.5.3. Recursos regimentais.....	771	2.2.1. Introdução.....	785
1.6. Efeitos	771	2.2.2. Recurso parcial	785
1.6.1. Efeito devolutivo	772	2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	787
1.6.2. Efeito suspensivo	772	2.3.1. Recurso parcial	787
1.6.3. Efeito extensivo	772	2.3.2. Recurso inominado eleitoral	788
1.6.4. Efeito regressivo	772	2.3.3. Embargos de declaração.....	788
1.6.5. Efeito translativo	773	2.3.4. Recurso Especial Eleitoral	789
1.6.6. Efeito substitutivo	773	2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE)	791
1.7. Princípios	773	2.3.6. Agravo de instrumento	792

2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	794
2.4.1. Recurso inominado	794
2.4.2. Embargos de declaração.....	794
2.4.3. Recurso extraordinário	795
2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC)	797
2.4.5. Agravo de instrumento	798
3. SINOPSE.....	798
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	800
4.1. Súmulas do STF	800
4.2. Súmulas do TSE	800
4.3. Informativos	801
4.4. Jurisprudência selecionada.....	809
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	812
5.1. Questões extras.....	817
6. GABARITO	818
CAPÍTULO XVI	
FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	
CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS.....	
823	
1. INTRODUÇÃO.....	823
2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS
823	
2.1. Introito.....	823
2.2. Legislação aplicável	824
2.3. Origem dos recursos	825
2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas	825
2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas....	828
2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos.....	829
2.4.1. Pedido de registro de candidatura	829
2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	830
2.4.3. Conta bancária eleitoral.....	830
2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais	831
2.5. Gastos eleitorais	832
2.5.1. Introito.....	832
2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas	832
2.5.3. Elenco legal.....	833
2.5.4. Limitação de gastos de campanha	835
2.5.5. Sanções pela extrapolação do limite de gastos	836
2.6. Prestação de Contas de Campanhas	836
2.6.1. Quem deve prestar contas?	836
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha?.....	837
2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha?	837
2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral?.....	837
2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas?	837
2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral?	839
2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas.....	839
2.6.7.1. Procedimento	839
2.6.7.2. Julgamento.....	840
2.6.7.3. Recursos	841
2.6.7.4. Fiscalização	841
2.6.8. Resultado financeiro	841
2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	842
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED).....	842
2.6.9.1.1. Previsão Legal	842
2.6.9.1.2. Legitimidade	842
2.6.9.1.3. Competência.....	843
2.6.9.1.4. Prazo.....	843
2.6.9.1.5. Rito processual.....	845

2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	846	4. SINOPSE.....	863
2.6.9.2.1. Previsão Legal	846	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	867
2.6.9.2.2. Legitimidade	847	5.1. Súmulas do TSE	867
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa	847	5.2. Informativos	867
2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva	848	5.3. Jurisprudência Seleccionada	877
2.6.9.2.3. Competência.....	848	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	882
2.6.9.2.4. Prazo.....	849	7. GABARITO	884
2.6.9.2.5. Procedimento	849	ANEXO I	889
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão	849	Súmulas de jurisprudência do STF.....	889
2.6.9.2.7. Recursos	850	Súmulas de jurisprudência do TSE.....	890
3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	851	ANEXO II	
3.1. Legislação aplicável	851	PROGRAMA OFICIAL E 17 PROVAS DO CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA).....	895
3.2. Prazo	851	PROGRAMA OFICIAL DO 29º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA	897
3.3. Competência	851	17 PROVAS DE CONCURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA)....	899
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas.....	851	ANEXO III	
3.5. Despesas partidárias.....	853	QUADRO RESUMIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO.....	955
3.6. Obrigações partidárias.....	854	ANEXO IV	
3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos).....	855	ALISTAMENTO ELEITORAL (RESOLUÇÃO Nº 21.538/03-TSE)	961
3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (FASE DECISÓRIA)	859	ANEXO V	
3.9. Recursos e regularização.....	861	CALENDÁRIO ELEITORAL: ELEIÇÕES 2018... 983	
3.10. Tomada de Contas Especial (TCE).....	862	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	005
3.10.1. Conceito	862		
3.10.2. Regramento legal e competência	862		